

# RESENHAS

## ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SUA CONSTRUÇÃO

Irma Rizzini

Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993

Irma Rizzini pretende analisar a construção da assistência à infância no Brasil a partir das primeiras iniciativas, oficiais ou não, de atendimento à chamada infância criminosa, desvalida ou abandonada, no início do século XX. Delimita o período de investigação até 1927, data da aprovação do primeiro Código de Menores do Brasil, e trabalha predominantemente com material referente à cidade do Rio de Janeiro.

Inicia seu estudo apresentando a situação da infância, sob os pontos de vista dos saberes sobre o "menor". Analisa a denúncia de médicos, juristas, educadores e jornalistas quanto à situação da criança, seja na família, na rua, no asilo ou na fábrica. Estes afirmam basicamente que a "criança pobre" é maltratada, seja qual for o seu *habitat*. Segundo a autora, como parte do esquadramento da sociedade, instrumentalizada pela medicina social, a infância é submetida a um processo detalhado de classificação, que implica a sua subdivisão em categorias bem mais específicas, criando novos alvos para a assistência e novas necessidades sociais. A criança e sua família são tomadas como objeto de estudo e de intervenção.

Identificando na literatura jurídica a noção de **menor** e na literatura médica a de **criança pobre**, a autora entende que uma linha invisível separa essas duas noções: a criança pobre deve ser protegida, enquanto na noção de menor já está embutido o desvio, a delinquência.

Em seguida, analisa as intervenções da sociedade civil e do Estado, através da assistência caritativa, filantrópica e estatal. Considera, então, que há um domínio crescente das idéias filantrópicas, visando ao projeto de normalização da sociedade. Divide as mo-

dalidades de assistência em asilar e extra-asilar, a primeira situa-se mais no âmbito dos projetos jurídicos, e a segunda se apresenta como a grande proposta inovadora da medicina.

No projeto de um novo asilo estão as idéias de recuperação pelo trabalho com liberdade vigiada, nas instituições agrícolas ou agrícolas/industriais, e a distribuição metódica dos internos. Como exemplo, cita o Instituto "João Pinheiro", que representaria para o imaginário da República incipiente a possibilidade da existência da cidade disciplinar.

O surgimento dessas associações de proteção e assistência à infância no Brasil, desvinculadas da assistência caritativo-religiosa, segundo a autora, evidencia nas elites uma necessidade de se compreender e atuar sobre uma realidade potencialmente perigosa: a infância pobre. É por meio dessas entidades que a filantropia médica iria desenvolver suas propostas de atendimento extra-asilar, ou seja, serviços que não afastariam o indivíduo do convívio social.

Rizzini entende que no período estudado o investimento do Estado na assistência não visava a ocupar o lugar da beneficência privada ou inibir iniciativas desse tipo. A grande proposta inovadora da medicina, ao prever um importante espaço à assistência extra-asilar, permitiria ao Estado ter um controle mais efetivo sobre as classes populares, através do registro individualizado dos seus membros. Os projetos do meio jurídico, segundo a autora, não teriam ousado tanto, pois buscavam intervir apenas na assistência asilar, considerada desorganizada e ineficaz.

Assim, conclui que "os modelos assistenciais destinados à infância sempre tiveram como alvo populações diversas: para os filhos da 'pobreza honrada' o atendimento de cunho preventivo e para a 'infância perigosa', o afastamento da sociedade" (p.99).

Como anexo, apresenta um cadastro de instituições existentes no período estudado, extraído, em sua maior parte, da obra *Assistência pública e privada no*

*Rio de Janeiro*, livro publicado em 1922, fonte importantíssima para o estudo da história da assistência no Brasil. Na bibliografia citada, pouco numerosa, a autora não faz referências explícitas a pesquisas importantes realizadas a partir da segunda metade da década de 1980 e no início dos anos 90. É apresentada uma quantidade expressiva de fontes do período, o que pode servir como referência para aqueles que pretendam estudar a história da assistência.

Embora a autora identifique aspectos importantes quanto à assistência à infância no início do século, o exame do livro evidencia imprecisões, falta de rigor metodológico e desatenção aos procedimentos da disciplina histórica no trato da investigação.

Rizzini afirma (p.15-6) que no Brasil do século XIX vive-se um processo semelhante ao que teria ocorrido na França do século XVII, que é onde e quando Ariès localiza o estabelecimento definitivo de uma mudança com relação ao sentimento de infância. Postula, assim, uma defasagem de dois séculos da nossa realidade em relação à européia, o que acaba por encobrir as contemporaneidades das concepções assistenciais que se difundem pelo mundo ocidental, durante o período em questão.

Entretanto, esse processo de mudança em relação ao sentimento de infância do qual fala Ariès diz respeito à criança tomar-se alvo de uma intervenção específica e assumir um novo lugar na vida social, à parte do mundo dos adultos. Pode-se dizer que o Brasil teve a oportunidade de vivenciá-lo já no século XVI, quando os jesuítas desenvolveram a estratégia de sua catequese alicerçada na educação dos pequenos indígenas; ou então, na inovação dos colégios, com suas classes separadas por idade e com o estabelecimento da autoridade e hierarquia disciplinar — que supõe a noção de fraqueza da infância e a de responsabilidade moral dos mestres —, elementos constituintes da *Ratio Studiorum*, o programa educacional jesuítico.

Estabelecer correspondências entre períodos históricos diferenciados é uma temeridade: o conceito de atraso, com relação aos países dependentes e subdesenvolvidos, não pode ser tomado como um atraso cronológico, como se estivéssemos por percorrer ainda um caminho já seguido pelos países desenvolvidos, seguindo a trilha que eles desbravaram, vivendo os mesmos conflitos. O ano que estamos vivendo, hoje, em todos esses lugares é o mesmo: 1994 — assim também foi durante o século XIX.

Mais adiante, a autora considera que “a despeito do sucesso das idéias eugênicas entre os expoentes da assistência à infância, foi a teoria da degenerescência que mais intensamente fundamentou os projetos e as iniciativas de transformação da assistência no nível da prática” (p.23).

Ora, a concepção assistencial que se elabora no início do século, em nosso país, mostra-se como um amálgama de influências médicas, jurídicas e religiosas. Filiar essa concepção a uma única teoria significa encobrir as relações sociais que estão produzindo nossa história naquele período.

Além disso, tratando-se propriamente da questão da eugenia, cabe ressaltar que esse movimento, no Brasil, deriva cientificamente da biologia lamarckiana, que via nas condições ambientais a responsabilidade pelas modificações nos seres vivos. Assim, a eugenia vai ser tomada como um ramo da higiene e, nos textos dos eugenistas brasileiros, iremos encontrar presente, com muita frequência, o conceito de degeneração de Morel, sob influência também da sua interpretação na antropologia criminal italiana por Lombroso.

Do mesmo modo não se trata de querermos encontrar no início do século XX um conflito próprio do final do XVIII: uma polêmica entre caridade e filantropia. Se Donzelot valoriza o fato de, em 1899, a revista *Annales de Charité* mudar seu nome para *Revue Philantropique*, há que se notar, também nesse período,

que as entidades que serviam como referência "científica" para as novas concepções assistenciais eram as *Charity Organization Society*, de Londres e Búfalo (EUA) — isso tanto nos congressos internacionais de assistência, em Paris, no final do século, quanto no Congresso Nacional do Práticos, no Rio de Janeiro, em 1922. A palavra **caridade** também pode ser encontrada entre os objetivos do Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro, criado pelo "filantropo" Moncorvo Filho. Ataulpho de Paiva, organizador do Patronato de Menores, falava em submeter a caridade às normas científicas e jurídicas para atingir uma organização metódica da assistência, e não em substituir caridade por filantropia.

A autora afirma que o conflito entre empreender uma assistência caritativa e uma assistência científica permeou toda a atuação do Estado nessa área nas décadas de 20 e 30. Na década de 30, "através da figura dos juízos de menores, há um reconhecimento da *assistência científica* nos meios oficiais como sendo a única legítima e verdadeiramente eficiente" (p.48, grifo meu), e para exemplificar isso cita texto de Paiva de 1903!

Há, sim, uma nova concepção assistencial que se desenvolve em nosso país, no início do século XX, a qual entendo deva, de fato, ser intitulada "assistência científica" (termo, na verdade, adotado por mim em dissertação de mestrado). Sem pretender identificar embates entre caridade e filantropia, como faz Rizzini em seu livro, o conceito de "assistência científica" que utilizei buscava evidenciar que aquela concepção se legitimava pela fé na ciência e no progresso, fenômeno específico do final do século XIX e início do XX. A perspectiva que se instaura é a de harmonização das influências e saberes, da religião, da ciência e do Estado.

Não cabe, além disso — como faz Rizzini —, citar Maria Lacerda de Moura, quando esta usa a frase "não se vai mais apelar para a caridade que humilha",

e quando se refere às creches como "iniciativa filantrópica e louvável" ao exemplificar a polêmica postulada entre caridade e filantropia. A autora afirma que "as críticas à assistência caritativa vêm sempre acompanhadas de propostas de reforma", e também que "a filantropia surge para dar continuidade à obra de caridade, mas sob uma nova concepção de assistência. Não mais a esmola que humilha, mas a reintegração social daqueles que seriam os eternos clientes da caridade: os desajustados" (p.58). Ora, o que Maria Lacerda afirmava em sua comunicação ao Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que se realizou em 1922, contra a corrente das propostas hegemônicas de então, era a crítica radical ao regime social existente; defendia, no lugar da caridade, a solidariedade, a igualdade social, e não a filantropia. Identificava em alguns dos filantropos de então um sentimento de fraternidade, mas denunciava suas iniciativas como "uma gota no oceano de misérias". Dizia ela: "A proteção é dispersiva, não tem a idéia da Unidade. Permite a uns a situação de protetores e felizes e a outros de miséria e assistência, e destes se exige ainda gratidão e humildade. E em volta dos filantropos, em volta dos hospitais, das creches, dos asilos, hospícios, patronatos, maternidades, está a dor, a miséria faminta, para a qual nada é bastante e tudo falta. Lá dentro, cada assistido é um número, cá fora contam-se por milhares, são quase todos, é a grande maioria. E a miséria e a doença se desdobram por este mundo além".

Finalmente, cabe pôr em questão a atribuição das propostas de reforma da assistência asilar aos juristas, e da assistência extra-asilar ao projeto médico. Ora, já no Congresso Penitenciário Internacional, em 1895, os juristas defendem o atendimento em creches, salas de asilo e escolas maternais. E isso tem expressão concreta aqui no Brasil, no Patronato de Menores, organizado por juristas, e responsável pela manutenção de uma creche e de um jardim-de-infância no Rio de Janeiro. Acrescente-se que essas en-

tidades eram administradas pelas religiosas da Congregação de Santo Antonio, o que mostra também uma convivência pacífica entre juristas e religiosos.

O ofício do historiador exige que se trabalhe criticamente com as fontes: não podemos tomá-las como a exata expressão dos fatos ou intenções existentes. Autores como E. P. Thompson e Jacques Le Goff nos ensinam que devemos analisar os documentos enquanto produtos da sociedade, das relações de força existentes, para que possamos de fato recuperá-los com pleno conhecimento de causa. Sem essa crítica documental, as fontes podem se tornar um simples referendo de referenciais teóricos, transformando os conceitos em categorias estáticas, anacrônicas.

*Moisés Kuhlmann Júnior*

### **CONSTRUTIVISMO DE PIAGET A EMILIA FERREIRO**

Maria da Graça Azenha

São Paulo: Editora Ática, 1993. Série Princípios. 112 p.

O livro de Maria da Graça Azenha tem como objetivo organizar conhecimentos básicos do Construtivismo piagetiano que permitam ao leitor "analisar as contribuições dessa abordagem para os estudos teóricos da alfabetização".

Os capítulos iniciais estão dedicados à compreensão da trajetória da pesquisa empreendida pelo biólogo suíço, entrelaçada esta com sua biografia, de modo a se perceber a origem de seus interesses, e as indagações que o orientaram para as diferentes áreas de estudo que compõem a base interdisciplinar do seu trabalho.

A autora descreve ainda a busca empreendida por Piaget para chegar à definição de um campo de observação e experimentação capaz de alterar os pro-

cedimentos então existentes na coleta de dados. Apresenta, assim, a origem do seu método clínico, que desenvolveu e aperfeiçoou visando ao conhecimento e descrição do processo do desenvolvimento intelectual. Desse modo, a autora vai tecendo as bases para a posterior compreensão dos estudos de Emilia Ferreiro, que, a partir do método piagetiano, demonstrou ser possível perceber e acompanhar o processo da aquisição da escrita pelas crianças.

Ainda nesses capítulos dedicados à compreensão da teoria piagetiana, a autora apresenta as principais produções de cada década e o resultado das investigações que o pesquisador publicou para constituir a sua *epistemologia genética*. Dos anos 70, Azenha sintetiza os estudos de Piaget sobre a equilíbrio e seus mecanismos constitutivos, através do que explicita a evolução do desenvolvimento cognitivo e a formação dos estágios. A autora também apresenta as correntes do Empirismo e Pré-Formismo e as divergências com o Construtivismo.

Reunindo o essencial da teoria piagetiana, nesses capítulos iniciais, Azenha introduz questões da prática de sala de aula, de modo a responder indagações dos professores, provavelmente usando sua experiência em encontros com os mesmos, de modo que os assuntos "esquema", "processos de equilíbrio" e "invariantes funcionais", especialmente tratados pela autora, fornecem aos professores pistas sobre as dificuldades que seus alunos apresentam.

No capítulo 4, continuando sua cronologia, chega aos anos 80. Aí, apresenta Emilia Ferreiro e seu trabalho com Ana Teberosky. Expõe as aplicações dos estudos piagetianos feitas por Ferreiro para demonstrar os processos existentes nos sujeitos para a aquisição da língua escrita. Descreve então o modelo de aquisição em níveis, fases ou períodos, muito divulgado e bastante conhecido dos educadores.

Ao descrever a coleta de dados, os princípios e a metodologia da pesquisa de Emilia Ferreiro, Azenha procura justificar o apoio na Psicolinguística, mostran-